

DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PROCESSO: TC-012168.989-21-8  
ORIGEM: Faculdade de Medicina de Jundiaí  
RESPONSÁVEL: Evaldo Marchi - Diretor  
OBJETO: Possíveis irregularidades no edital de Concurso Público nº 006/2021, que visa ao provimento de 01 (uma) vaga para Professor Titular na disciplina de Obstetrícia  
EM EXAME: Exame Prévio de Edital de Concurso Público  
Tendo em conta as Instruções nº 01/2020 e Ordem de Serviço nº 01/2020, a Unidade Regional de Campinas – UR-3 suscita possíveis irregularidades no edital do Concurso Público nº 006/2021, formalizado pela Faculdade de Medicina de Jundiaí, que visa ao provimento de 01 (uma) vaga para Professor Titular na disciplina de Obstetrícia.

Segundo a Equipe Técnica, não houve reserva de vagas para portadores de necessidades especiais, em desconpacto com o artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal.

E o relatório.

Não se dividem elementos hábeis a indicar patente ilegalidade no instrumento convocatório do Concurso Público nº 006/2021, promovido pela Faculdade de Medicina de Jundiaí.

A demarcação de cotas para grupo de interessados com capacidade reduzida deve subordinar-se aos limites impostos em lei, na medida da viabilidade das vagas ofertadas.

Inaugurado o certame para provimento de apenas 01 (uma) vaga, eventual aplicação do disposto no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal revela-se inviável.

Vale destacar que o número de vagas ofertadas é inferior a 05 (cinco), quantitativo mínimo considerado ideal pelos Tribunais Superiores para atendimento da reserva demandada.

Nessas circunstâncias, de se afastar a ocorrência suscitada pela Fiscalização, seguindo os autos ao Arquivo.

Publique-se.  
DESPACHO PROFERIDO PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PROCESSO: TC-00018765.989-20-7 (Acompanhamento de Execução Contratual)

Processo Principal: TC-00018582.989-20-8 (Termo de Ata)  
Contratante: Prefeitura Municipal de Carapicuíba (CNPJ nº 44.892.693/0001-40)

Responsáveis pela Contratante: Marco Aurélio dos Santos Neves (CPF nº 157.388.248-81)  
Diogo Alves Fernandes (CPF nº 361.809.228-88)

Contratada: OKEY-MED Distribuidora de Medicamentos Hospitalares Odontológicos Importações e Exportações Eireli (CNPJ nº 11.311.773/0001-95)

Responsável pela Contratada: Ludmila Sepúlveda Ribeiro (representante legal) (CPF nº 012.666.705-56)

Objeto: Acompanhamento de Execução Contratual referente à Ata de Registro de Preços nº 27/2020 de 13/04/2020. Objeto: Eventual aquisição de medicamentos nas condições, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas no edital e anexos. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura (13/04/2020 a 13/04/2021)

Em exame: Solicitação de prorrogação de prazo formulado pela Prefeitura Municipal de Carapicuíba, por meio do Sr. Marcelo Benedito Botelho (Secretário Municipal da Fazenda), para atendimento à Requisição nº 105/2021 – evento nº 53

Petição constante do evento 53 busca prorrogar prazo para atendimento à Requisição - feita à margem do processo - número 105/2021, de competência da 7ª Diretoria de Fiscalização.

Em que se refra-se aos presentes autos, o pedido deve ser dirigido a área requisitante, posto que se trata de procedimento interno, preparatório à instrução do processo.

Isso posto, indefiro o pleito.

Publique-se e retorne-se à Fiscalização para prosseguimento.

PROCESSO: TC-00001244.989-21-6  
Processo Principal: TC-00007201.989-20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna (CNPJ nº 46.634.531/0001-37)

Interessado: Paulo Kenji Sasaki (CPF nº 122.549.228-90)  
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de maio/2021 (evento 98)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-00001500.989-21-5

Processo Principal: TC-00007183.989-20-1 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Boituva (CNPJ nº 46.634.499/0001-90)

Interessado: Edson José Marcusso (CPF nº 984.361.558-15)  
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de maio/2021 (evento 82)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-00001835.989-21-1

Processo Principal: TC-00007294.989-20-7 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Diadema (CNPJ nº 46.523.247/0001-93)

Advogados: Sofia Hatsu Stefani (OAB/SP nº 69.372); Edson Rodrigues Veloso (OAB/SP nº 144.778)

Interessado: José de Filippi Junior (CPF nº 012.604.588-73)  
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de maio/2021 (evento 91)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-00001887.989-21-8

Processo Principal: TC-00006975.989-20-3 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras (CNPJ nº 46.371.654/0001-22)

Advogado: Jorge Alberto Galimberti (OAB/SP nº 238.358)  
Interessado: Jose Crecentino Bussaglia (CPF nº 024.437.198-98)

Advogado: Luis Felipe Alves (OAB/SP nº 344.531)  
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de maio/2021 (evento 110)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-00002249.989-21-1

Processo Principal: TC-00007052.989-20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Araçoiaba (CNPJ nº 65.058.984/0001-07)

Interessado: Rene Lúcio Gonçalves (CPF nº 288.872.358-13)  
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de maio/2021 (evento 93)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-00002297.989-21-2

Processo Principal: TC-00007279.989-20-6 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ubatuba (CNPJ nº 46.482.857/0001-96)

Advogados: Michele de Oliveira Alves (OAB/SP nº 394.489) e outros.

Interessada: Flavia Comitê do Nascimento (CPF nº 264.858.918-03)

Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de maio/2021 (evento 101)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
PROCESSO: TC-001097.989-21-4

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUA (CNPJ 46.522.959/0001-98)

ADVOGADO: NORBERTO FONTANELLI PRESTES DE ABREU E SILVA (OAB/SP 172.253) / GREGÓRIO BATTAZZA LONZA (OAB/SP 182.332)

RESPONSÁVEL: FRANCISCO MARCELO DE OLIVEIRA (CPF 155.967.468-78)

EM EXAME: Acompanhamento Especial – Covid-19 (Período: maio/2021)

EXERCÍCIO: 2021  
PROC. PRINCIPAL: TC-7335.989-20-8

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid-19, inserido no evento n. 83, traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 20 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-00002986.989-20-0

Órgão: Prefeitura Municipal de Saltinho (CNPJ nº 66.831.959/0001-87)

Advogados: João Marcelo de Paiva Agostini (OAB/SP nº 198.466); e Jorge Eduardo Vasconcellos Zangarini (OAB/SP nº 252.707)

Responsável: Carlos Alberto Lisi – Prefeito à época (CPF nº 048.688.088-50)

Hélio Franzol Bernardino – Prefeito atual (CPF nº 316.478.088-55)

Assunto: Contas de Prefeitura – Exercício de 2020  
Com fundamento no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93 c/c artigo 194 do Regulamento Interno, NOTIFICO responsável em epígrafe para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do apontado pela Fiscalização (evento nº 67) e apresente esclarecimentos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-000603.989-21-1

Principal: TC-007228.989-20-8 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Pitangueiras - CNPJ nº 45.370.107/0001-28 Advogados: Adilson Gallo, OAB/SP nº 122.178; Ana Maria Bento, OAB/SP nº 228.978; Victor Luchiani, OAB/SP nº 247.325; Erika Pedrosa Padilha, OAB/SP nº 251.561 e Carlos Alberto Salerno Neto, OAB/SP nº 286.937.

Responsável: Marcos Aurélio Soriano - Prefeito  
Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatórios de Fiscalização da UR-17 – janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2021 (evento 38)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
PROCESSO: TC-003843.989-20-3

ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE ATIBAIA (CNPJ 54.143.433/0001-25)

ADVOGADO: RENATA MARIA RAMOS NAKAGIMA (OAB/SP 204.4383)

RESPONSÁVEIS: Lucas de Oliveira Cardoso – Presidente à época; José Carlos Machado – Presidente

ASSUNTO: Contas Anuais  
EXERCÍCIO: 2020

Em exame: Relatório do artigo 30, inciso III, da Lei Complementar nº 709/93 c.c. art. 49, inciso XIII, do Regulamento Interno, NOTIFICO a Câmara Municipal de Atibaia, na pessoa do Senhor Lucas de Oliveira Cardoso, responsável pelos atos de gestão do exercício de 2020, para ciência do relatório de fiscalização (evento 25) e adoção de providências que julgar necessárias, observado o prazo de 30 (trinta) dias.

Publique-se.  
Processo: TC-001584.989-21-4

Referente ao: TC-006925.989-20-4 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Pindorama (CNPJ nº 45.122.942/0001-80)

ADVOGADOS: RUY MALDONADO JUNIOR (OAB/SP 115.588) / JOAO HENRIQUE KODAMA DO AMARAL (OAB/SP 285.280)

Interessado: Geraldo Felipe Júnior – Prefeito  
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de Maio/2021 (evento 77)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-001417.989-21-7

Principal: TC-6810.989-20-2 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Guareí - CNPJ nº 46.634.267/0001-31. Advogados: Eduardo Leandro de Queiroz e Souza – OAB/SP 109.013; Graziela Nóbrega da Silva – OAB/SP 247.092 e Rodrigo Pozzi Borba da Silva – OAB/SP 262.845.

Responsável: José Ademir de Barros – Prefeito  
Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização da UR-09 - maio/2021 (evento 96)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (vinte) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

PROCESSO: TC-007246.989-21-4

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRA (CNPJ 45.158.193/0001-41)

ADVOGADO: DANIELA BORTURA BUENO CAVALHEIRO COLOMBO (OAB/SP 157.459) / MELVES GUILHERME GENARI (OAB/SP 207.872)

RESPONSÁVEL: EDVARD ALBERTO COLOMBO (CPF 166.129.098-11)

MATÉRIA: Fiscalização Ordenada – Contas de Prefeitura - Oiduvórias

EXERCÍCIO: 2021  
EM EXAME: Pedido de dilação de prazo para apresentação de justificativas, formulado pelo Município de Ibiá, por meio de seu procurador (evento 25).

PROC. PRINCIPAL: TC-6816.989-20-6  
Concedo 10 (dez) dias adicionais, contados a partir da publicação, para apresentação de justificativas.

Publique-se.  
Processo: TC-000187.989-21-3

Referente ao: TC-006712.989-20-1 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ananias (CNPJ nº 44.659.076/0001-07)

ADVOGADA: LIDIA MARIA COELHO (OAB/SP 157.412)  
Interessado: Paulo Henrique Fiaschini – Prefeito  
Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de Maio/2021 (evento 77)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO o responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adote providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal www.tce.sp.gov.br, consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.  
Processo: TC-001562.989-21-0

Principal: TC- 007007.989-20-5 (Contas de Prefeitura - 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Serra Azul (CNPJ nº 44.228.839/0001-71)

Responsável: Augusto Frassetto Neto - Prefeito  
Assunto: Acompanhamento especial Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização da UR-06 - maio/2021 (evento 91)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.